

EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO - INFLUÊNCIAS NO ENSINO PÚBLICO E NO SOCIAL

Edna Alves Pereira

Mestranda do de Pós-Graduação em História Social / Mestrado – UFU
edna.pereira@yahoo.com

RESUMO

Este artigo constitui os resultados finais de pesquisa realizada no curso de graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. O estudo analisou a qualidade da educação pública em escolas de Uberlândia, abordando as influências neoliberais sobre o ensino e sobre a sociedade. Partiu do entendimento de que a economia neoliberal, frequentemente, passa a fazer das pessoas, consumidoras, e a própria educação se torna mercadoria dentro desta lógica, visto que o Estado, além de possuir seus próprios interesses, satisfaz os interesses do mercado internacional, deixando em segundo plano seus compromissos com a área social, em específico no tocante a educação pública.

Palavras-chave: educação, sociedade, neoliberalismo, Uberlândia.

EDUCATION AND NEOLIBERALISM - INFLUENCES IN PUBLIC EDUCATION AND IN THE SOCIAL

ABSTRACT

This article constitutes the end results of research carried in the course of graduation in History of the Federal University of Uberlândia. The study analyzed the quality of the public education in schools of Uberlândia, approaching the neoliberal influences on the education and the society. It left of the agreement of that the neoliberal economy, frequent, starts to make of the people, consumers, and the proper education if it becomes merchandise of this logic, since the State, besides possessing its proper interests, satisfies the interests of the international market, leaving in second plain inside its commitments with the social area, in specific in regards to public education.

Key-words: education, society, new liberalism, Uberlândia.

INTRODUÇÃO

Vivemos um período histórico caracterizado por mudanças que são processadas de forma extraordinariamente mais rápida. O neoliberalismo constituinte nos coloca um tempo de incerteza, dúvidas e ainda de crises de paradigmas e de certos valores. Como afirma Flecha “a crise dos valores baseia-se em um discurso conservador (...), postula o desaparecimento dos valores e culpa pela situação determinados coletivos, por exemplo, os jovens”.¹ Crise não apenas no sentido negativo do termo, mas também como crescimento, assim como o risco e a incerteza fazem parte de nossas vidas. Conforme Bourdieu:

O mundo é o que é, com os efeitos imediatamente visíveis do funcionamento da grande utopia neoliberal: não só a miséria e o sofrimento de uma fração cada vez maior das sociedades mais avançadas economicamente, o agravamento

Recebido em 21/02/2006
Aprovado para publicação em 18/06/2006

extraordinário das diferenças entre as rendas, (...) e sobretudo pela destruição de todas as instâncias coletivas capazes de resistir aos efeitos da máquina infernal, entre as quais o Estado está em primeiro lugar (...), instaura a luta de todas contra todos e o cinismo como norma de todas as práticas.²

Como se percebe, o Estado³ não cumpre mais o dever de zelar pelo bem estar dos indivíduos, cuidando da saúde, segurança, educação dentre outros; pelo contrário, o Estado se tornou um agente representante dos objetivos e interesses do grande capital internacional, o qual entra no país através da ideologia e das práticas neoliberais.

Assim sendo, a economia neoliberal passa a fazer das pessoas, consumidoras, e a própria educação se torna mercadoria dentro desta lógica, visto que o Estado além de possuir seus próprios interesses, satisfaz os interesses do mercado internacional. Sendo assim, tenta adequar a educação pública nacional aos domínios e necessidades do mercado. No entanto, apesar do ensino ser vital para as pessoas, bem como para os setores produtivos, as políticas educacionais não são satisfatórias, ou seja, não são levadas a sério. Neste sentido, Bourdieu é enfático:

Basta pensar apenas, para dar a medida da omissão, no sistema de ensino que nunca é levado em conta enquanto tal, numa época em que ele tem um papel determinante tanto na produção dos bens e dos serviços quanto na produção dos produtores. (grifo do autor).⁴

Diante disso, o neoliberalismo não se enquadra apenas como um sistema econômico, mas sim, como um complexo processo de construção hegemônica, o qual para se manter busca construir consenso, através de discursos, da busca da produtividade e da equidade social com a pretensa idéia de resolver os problemas da humanidade, utilizando ajustes político-econômicos, vinculados às diretrizes conhecidas como neoliberais. Entretanto, as conseqüências dessas práticas neoliberais são as mais perversas possíveis, segundo Bourdieu pode levar as pessoas ao desespero, e neste sentido afirma que “uma das razões do desespero de todas essas pessoas, está no fato de que o Estado se retirou, ou esteve se retirando, de um certo número de setores da vida social que eram sua incumbência e pelos quais era responsável ”.⁵

Nesta perspectiva, a educação não está isenta dos reflexos deste modelo, uma vez que esta faz parte de um complexo de relações econômicas, políticas, sociais e culturais e suas conseqüências são mais perceptíveis nos países subdesenvolvidos, haja vista que o neoliberalismo é exercido e defendido principalmente pelos países altamente desenvolvidos, pois estes exercem seu poder de várias maneiras no setor interno dos países do terceiro mundo. Essa manipulação é feita não só sobre a educação, mas também sobre a política, a economia, as instituições jurídicas entre outros, enfim, ditam diretrizes e tentam adequá-las à lógica do mercado. Nas palavras de Gentili, o neoliberalismo configura-se como:

Uma estratégia de poder que se implementa em dois sentidos articulados: por um lado, através de um conjunto razoavelmente regular de reformas concretas no plano econômico, político, jurídico, educacional etc. e, por outro lado, através de uma série de estratégias culturais orientadas a impor novos diagnósticos acerca da crise e construir novos significados sociais a partir dos quais legitimar as reformas neoliberais como sendo as únicas que podem (e devem) ser aplicadas no atual contexto histórico de nossas sociedades.⁶

Como podemos observar pelas palavras de Gentili, a abrangência do neoliberalismo é bem maior do que se imagina e dentro dessa lógica os países subdesenvolvidos tornam-se os primeiros alvos das práticas neoliberais, uma vez que possuem uma economia dependente do capital internacional, o que os colocam em uma posição extremamente desfavorável diante dos países desenvolvidos. Assim, dentro da ótica neoliberal, aqueles serão facilmente submetidos aos mandos e às submissões dos detentores do poder.

Neste sentido, o programa de reforma institucional da escola que está posto em prática pela política educacional neoliberal dos governos, submete o ensino público às regras do setor privado subordinando as práticas sociais de docência à racionalidade mercantil, propondo que as escolas

funcionem como empresas produtoras de serviços educacionais, para que coloquem no mercado seus produtos, obedecendo às regras de controle da qualidade e produtividade. A esse respeito Silva afirma:

a esfera educacional torna-se um “quase-mercado”: a escola assemelha-se a um empório e o individualismo possessivo articulado à competitividade tornam-se os valores máximos de nossa educação subordinada ao mercado. Uma sociedade cujo conteúdo histórico da cidadania consiste na forma de ser, cujos valores centrais são a produtividade, a utilidade, o individualismo e a competitividade, num contexto de ausência de reivindicação⁷.

Nesse excerto, percebe-se que a educação está voltada para a lógica perversa do mercado, devido a inversão que ocorre na função do Estado, “em vez do poder político originar-se na sociedade, materializar-se no Estado e submeter-se à sociedade”⁸, o que ocorre é o inverso, ou seja, é a submissão da sociedade civil aos ditames do mercado, pois o Estado nacional é forte no âmbito interno e submisso no plano internacional, como salienta Silvar:

O governo: possibilita um enxuto e forte Estado no plano nacional e a simultânea submissão ao capital internacional, dada a matriz que orienta o governo brasileiro; por outro lado, com aparência de descentralização em um regime democrático, produz um movimento de transferência de responsabilidades públicas na área social, do Estado para a sociedade civil, numa visível redução dos direitos sociais do cidadão. Em acréscimo, com esse movimento, abre espaço para a mercantilização dos direitos sociais subjetivos, tornando nosso cidadão necessariamente consumidor, isto é, para possuir os mesmos direitos anteriores, agora ele precisa comprá-los⁹.

Conforme Silva, essa matriz que orienta o Estado, deriva da racionalidade do movimento da sociedade no presente estágio do capitalismo, quando o capital coloca-se em todas as esferas sociais. Neste sentido, a educação foi transformada em organizações sociais, que seriam fundações públicas regidas pelo direito privado. Mantendo um posicionamento semelhante, Suárez: ressalta:

Os postulados trabalhados para intervir no sistema de ensino são: todo poder ao mercado e, em contrapartida, minimização do Estado; e qualificação da escola básica de modo a torná-la capaz de formar os recursos humanos necessários ao mercado, ao mesmo tempo que mais imune às diferenças sociais¹⁰.

Assim, a minimização do poder do Estado faz com que cada vez mais o mercado regule e interfira nas normas e regulamentos do sistema escolar com o intuito de controlar e direcionar o trabalho pedagógico nas instituições escolares visando a adequação das mesmas aos ditames do poder instituído, privilegiando sempre uns poucos em detrimento da maioria da população. Nesta perspectiva Gentili¹¹ assinala que a educação instrumentalizaria o cliente para poder competir no mercado. Joga-se a responsabilidade do sucesso ou do insucesso no próprio indivíduo. Volta-se o discurso da meritocracia, vence aquele que mais se esforçar e batalhar.

E os resultados destas intervenções no cenário nacional são as piores possíveis, ou seja, um ensino com péssima qualidade, uma quantidade enorme de excluídos, vivendo em condições degradantes, além de outras séries de desmantelamentos sociais. Por outro lado,

uma das alternativas de melhorar a qualidade da educação pública nacional diz respeito a uma questão política de caráter mais amplo, isto é, trata-se de uma reestruturação da sociedade, no sentido de torná-la menos desigual, com uma melhor distribuição de renda, melhores salários aos trabalhadores, que sejam compatíveis aos seus esforços, etc.; e tudo isso requereria não só uma reavaliação das relações internacionais que o Brasil possui, na tentativa do mesmo não mais se submeter às imposições do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, como também a possibilidade de haver representantes políticos mais competentes para administrar os recursos do país¹².

Neste sentido, percebe-se que há uma forte influência das agências multilaterais como o Banco Mundial (BIRD)¹³, o Fundo Monetário Internacional (FMI), Comissão Econômica para a América

Latina e Caribe (CEPAL), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Tecnologia (UNESCO), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) entre outros; tanto no setor educacional quanto nos demais setores, pois a política, economia e cultura estão intrinsecamente interligadas se entrelaçam e se complementam. Porém, diante das mazelas que tais agências impõem à população, fruto de um quadro histórico cultural, é imprescindível ressaltar que não devemos cair na armadilha da pedagogia da desesperança, como se já não fosse mais possível reverter o quadro alarmante no qual nos encontramos, e é neste sentido que Frigotto salienta:

Creio que temos um acúmulo de experiências de lutas concretas em nossa história recente que nos mostram que esta qualificação, no plano cotidiano do chão da escola, ganha possibilidade efetiva na medida que consigamos estruturar um projeto político-pedagógico centrado em formas cada vez mais coletivas de organização do conhecimento, do trabalho pedagógico e de sua avaliação.¹⁴

Todavia, é evidente que há tentativas de mudanças efetivas no cotidiano das escolas públicas, mas a transformação nesse setor só será perceptível se houver mudanças reais nos demais setores da sociedade que favoreçam a maioria da população, diminuindo as desigualdades sociais. Nas palavras de Antunes, o sistema de metabolismo social do capital é constituído pelo tripé capital, trabalho e Estado, este não pode ser superado sem a eliminação do conjunto dos elementos que o compreendem, o desafio é superar o tripé. Nele incluída a divisão social hierárquica do trabalho que subordina o trabalho ao capital.

Configurado dessa maneira sabe-se que esse modelo de desenvolvimento neoliberal gerou muita riqueza, mas não reduziu a pobreza no mundo, nem a desigualdade entre os seres humanos. Ao contrário, as desigualdades entre os países ricos e os países pobres aumentaram e os indicadores brasileiros não fogem à regra. Neste sentido, convém ressaltar que as pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE entre 1992 e 1999 concluíram que:

No período analisado, a distância entre ricos e pobres no Brasil aumentou ainda mais. A camada mais baixa da população precisa trabalhar em média quase três anos para atingir o rendimento médio mensal da camada mais rica. É uma das distribuições de riqueza mais injustas do mundo.¹⁵

Observando o neoliberalismo por este ângulo, fica claro que essa política vigente e implementada pelos detentores do poder é dualista, ou seja, há os integrados e a maioria é excluída. Estes convivem com a miséria e a discriminação social e “a educação para o emprego pregado pelos profetas neoliberais, quando aplicada ao conjunto das maiorias excluídas, não é outra coisa senão a educação para o desemprego e a marginalização”.¹⁶ Porém, nota-se que há um discurso da classe dominante, a qual utiliza-se de uma retórica, na tentativa de convencer as pessoas, transformando segundo Gentili, o senso comum; ou seja, há a construção e a difusão de um novo senso comum, o qual possui coerência, sentido e uma certa legitimidade. Assim, os setores dominantes se utilizaram não só do discurso, mas também do poder, da violência, do preconceito, buscando eliminar o “mal” – a mendicância, o ócio – por não fazer parte de uma realidade condizente com a imagem elaborada pelo discurso oficial.

Dessa forma, tendo em vista a análise acerca dos dados das Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia no mês de novembro de 2001 – realizada pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU)¹⁷, nota-se que o município de Uberlândia é uma cidade com inúmeros e fortes contrastes, apesar de ser um centro regional consolidado, com uma economia razoável, além de um significativo poder de trazer para si imigrantes. No entanto, é um município que convive com marcas profundas de pobreza e indigência, fruto de uma estrutura social injusta, na qual cerca de 10,7% da população – aproximadamente 53,8 mil pessoas – sobrevivem com renda per capita abaixo da linha de indigência.¹⁸

Se considerarmos os dados estatísticos apenas do ponto de vista mensurável, teremos inúmeras

lacunas, uma vez que os modos de viver são infinitos e diversos, não devendo, ser considerados como uma categoria estanque, uniforme, mas sim, em um contexto mais amplo, pois há uma multiplicidade de experiências.

É só caminharmos pelas ruas e avenidas da cidade para constataremos tal realidade, principalmente nos bairros mais afastados do centro da cidade, onde deparamos, corriqueiramente, com inúmeros problemas como a falta de infra-estrutura, de moradia decente, de assistência médica hospitalar, de educação, como também de água, energia elétrica e transporte coletivo, entre tantos outros. Ademais, as pequenas ocupações, os barracos e os conjuntos habitacionais contrastam-se com os condomínios fechados e as mansões no meio urbano, inclusive há algumas chácaras neste meio, proporcionando uma grande diversidade ao viver uberlandense. Percebe-se, assim, uma luta, uma disputa diária por um espaço, por direitos sociais, pela dignidade, e fundamentalmente pela sobrevivência.

Neste sentido, nota-se que a urbanização acelerada, sem a preocupação com uma infra-estrutura ideal, bem como devido à especulação imobiliária que se observa no município de Uberlândia, concomitantemente com as políticas concentradoras de renda acentuaram a exclusão social, a insegurança e a violência, reduzindo a qualidade de vida da população desse município. Essa tendência de privilegiar o topo da pirâmide social faz com que cada vez mais famílias fiquem sem o mínimo necessário à sobrevivência.

É importante ressaltar ainda que a mulher se inseriu no mercado de trabalho a partir do momento em que as condições financeiras das famílias foram se tornando exíguas, sendo necessário completar o orçamento familiar. Isto trouxe alguns agravantes no tocante às responsabilidades perante o lar, conseqüentemente a mulher teve/tem que se desdobrar para conseguir cumprir com seu dever de esposa, dona de casa e mãe possuindo assim, uma dupla jornada. O reflexo de tal situação pode estar voltado para o cotidiano da sala de aula, e para as mazelas que corriqueiramente deparamos no dia-a-dia ao transitarmos pelas ruas e avenidas deste município o qual há um excessivo número de crianças em idade escolar vendendo balas, chicletes, bugigangas ou até mesmo lavando carros, enquanto deveriam estar aproveitando a infância brincando e estudando.

Contudo, o baixo poder aquisitivo das famílias uberlandenses faz com que os moradores construam suas vivências, buscando ao longo de suas vidas suprir suas necessidades e alcançar suas expectativas. Para isto, eles lutam nos seus cotidianos com o poder público, rejeitando e recriando formas, com o intuito de não aceitarem as determinações dos dirigentes locais, na tentativa de efetivarem os seus direitos, uma vez que há um total descaso por parte deste. Felizmente, apesar das práticas neoliberais e suas imbricações no cotidiano, há diversas maneiras de resistência, visto que os sujeitos históricos criam estratégias e táticas de sobrevivência com o objetivo de fazer valer seus direitos de cidadão que estão sendo corrompidos pelo sistema perverso no qual se encontram.

REFERÊNCIAS

ALGARTE, Roberto. **A escola e desenvolvimento humano: da cooptação política à consciência crítica**. Brasília: Ed. Livre, 1994.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

OLIVEIRA, E. M. Educação e Neoliberalismo: a educação brasileira frente as políticas neoliberais. **Cadernos da Fucamp**. Monte Carmelo. Dez/2002.

FLECHA, Ramón e TORTAJADA, Iolanda. Desafios e saídas educativas na entrada do século. In.: IMBERNÓN, Francisco (org). **A Educação no século XXI: os desafios do futuro imediato**. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

FONSECA, Marília, O Banco Mundial e a Educação a Distância. In: PRETTO, Nelson de Luca

(Org.) **Globalização e Educação: mercado de trabalho, tecnologia de comunicação, educação a distância e sociedade planetária**. 2 ed., Ijuí: UNIJUÍ, 2000.

GENTILLI, Pablo (org.). **Escola. S.A.: Quem ganha e quem perde, no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília. CNTE, 1996.

_____. Adeus à Escola Pública. A desordem neoliberal, A violência do mercado e o Destino da Educação das Maiorias. In: **Pedagogia da exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação**. Rio de Janeiro: Petrópolis. 1996.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IMBERNÓN, Francisco (org). **A Educação no século XXI: os desafios do futuro imediato**. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

LEME, H. J. de C., NEDER. H. D. (coord.) **Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia**. Uberlândia. Universidade Federal de Uberlândia, novembro 2001, (mimeo). (pesquisa CEPES-UFU/Prefeitura Municipal de Uberlândia).

MENDONÇA, Ricardo **Revista Veja**. O grande desafio: Balanço social do IBGE mostra avanços em várias áreas, exceto na distribuição da renda. 11 de abril, 2001.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002.

SUÁREZ, Daniel. O Princípio Educativo da Nova Direita: Neoliberalismo, Ética e Escola Pública. In: GENTILI, Pablo. (Org). **Pedagogia da Exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

¹ FLECHA, Ramón e TORTAJADA, Iolanda. Desafios e saídas educativas na entrada do século. In.: IMBERNÓN, Francisco (org). **A Educação no século XXI: os desafios do futuro imediato**. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. p.25.

² BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999 p. 144-45.

³ Entenda a questão do poder do Estado, sob suposição de que a obtenção do consenso e a implementação de medidas que garantam certa representação de interesses não estão isentas de atos de força ou coerção, tampouco estão isentas de relações de dominação e exploração. (TORRES: 1996 apud GERMANO: 1996).

⁴ Idem BOURDIEU, p.136.

⁵ Idem. p.10.

⁶ GENTILLI, Pablo (org). **Escola. S.A.: Quem ganha e quem perde, no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília. CNTE, 1996. p. 9.

⁷ SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002. p. 36.

⁸ Idem, p. 37.

⁹ Idem, p. 128.

¹⁰ SUÁREZ, Daniel. O Princípio Educativo da Nova Direita: Neoliberalismo, Ética e Escola Pública. In: GENTILI, Pablo. (Org.). **Pedagogia da Exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995, p. 267.

¹¹ Todas as reformulações legais, direcionadas para o âmbito educacional, vão de encontro às exigências do ideário neoliberal. De acordo com Frigotto "o ideário neoliberal, sob as categorias de qualidade total, formação abstrata e polyvalente, flexibilidade, participação, autonomia e descentralização, está impondo uma atomização e fragmentação do sistema educacional e do processo de conhecimento escolar". FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose do campo educacional. In: GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da Exclusão. Crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p.79.

¹² OLIVEIRA, E. M. Educação e Neoliberalismo: a educação brasileira frente às políticas neoliberais. **Cadernos da Fucamp**, Monte Carmelo, Dez/2002, p.39.

¹³ "O Banco Mundial é, em tese, um órgão financeiro, responsável por empréstimos que correspondem a pouco mais de 10% da dívida externa brasileira. (...) durante os vinte anos de cooperação do Banco com o setor educacional, temos

perdido recursos pela desvalorização do dólar em relação às outras moedas e ainda pagamos juros de acordo com o custo do valor do dinheiro no mercado internacional somado a uma sobre taxa do valor total de empréstimos e uma outra taxa chamada *comissão de compromisso*. FONSECA, Marília, O Banco Mundial e a Educação a Distância. In: PRETTO, Nelson de Luca (Org.) **Globalização e Educação: mercado de trabalho, tecnologia de comunicação, educação a distância e sociedade planetária**. 2 ed., Ijuí: UNIJUÍ, 2000. pp. 60-63.

¹⁴ FRIGOTTO, Gaudêncio. A formação e a profissionalização do educador: novos desafios. In: GENTILI, Pablo (org.). **Escola S.A. Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**: Brasília, CNTE, 1996, p. 100-101.

¹⁵ MENDONÇA, Ricardo In: **Revista Veja**. O grande desafio: Balanço social do IBGE mostra avanços em várias áreas, exceto na distribuição da renda. 11 de abril, 2001. p.48.

¹⁶ GENTILI, Pablo. Adeus à Escola Pública. A desordem neoliberal, A violência do mercado e o Destino da Educação das Maiorias. In: **Pedagogia da exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação**. Rio de Janeiro: Petrópolis. 1996. p. 249.

¹⁷ LEME, H. J. de C, NEDER. H. D (coord.). **Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia**. Uberlândia. Universidade Federal de Uberlândia, novembro 2001, (mimeo). (pesquisa CEPES-UFU/Prefeitura Municipal de Uberlândia) p. 02.

¹⁸ A linha de indigência corresponde, unicamente ao valor da cesta de alimentos, já a linha de pobreza calculada pela pesquisa da UFU, leva em conta as despesas com aluguel, com vestuário, saúde e educação. Idem. p. 57 a 61.